

## Grupos trabalham para aprimorar controle do tabaco nas cinco regiões

Os estados que participam do projeto-piloto idealizado pelo INCA para aprimoramento da Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT) começarão a receber, neste segundo semestre, acompanhamento dos seus grupos de trabalho por parte da equipe técnica do Instituto. A chefe da Divisão de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco, Andréa Reis, afirmou que conhecer a evolução das primeiras ações relacionadas à promoção da PNCT para redução dos fumantes no Brasil é a próxima etapa da iniciativa.

O projeto-piloto tem pouco mais de um ano de existência e está baseado em três eixos: político, técnico e financeiro.



“Porque não se trata apenas de uma questão orçamentária, que já é muito importante, com recursos para combater o tabaco. A sustentabilidade da Política não depende somente de medidas econômicas, mas também do fortalecimento das coordenações estaduais. Outro exemplo é o diálogo que esses grupos vão realizar com as assembleias legislativas, buscando aprimorar as leis em vigor”, disse Andréa.

A Paraíba foi o último estado a ingressar na ação, que já contava com Tocantins, Goiás, Rio de Janeiro e Paraná, fazendo, assim, com que haja um de cada região do país. A sua escolha para representar o Nordeste se deve ao trabalho já desenvolvido, considerado bastante consistente, sem interrupções.

## Anvisa mantém proibição dos dispositivos eletrônicos para fumar

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, em julho, relatório que mantém a proibição dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs). A decisão, corroborada pela Coordenação de Prevenção e Vigilância do INCA, inclui todos os tipos de cigarros eletrônicos, além de adotar medidas adicionais para coibir o comércio irregular desses produtos.

Em um passado recente, os cigarros eletrônicos foram considerados uma forma de ajudar as pessoas a deixarem de fumar cigarro comum, o que nunca foi comprovado por pesquisas científicas. “São dispositivos que afetam o desenvolvimento do sistema nervoso central e trazem consequências, sobretudo, aos sistemas respiratório e circulatório. Estudos vêm mostrando que os cigarros eletrônicos tornam o indivíduo que faz uso muito mais suscetível a experimentar um cigarro tradicional e a se tornar



Decisão contou com aval da coordenadora de Prevenção e Vigilância, Liz Almeida

um usuário”, explicou a coordenadora de Prevenção e Vigilância, Liz Almeida.

O Relatório de Análise de Impacto Regulatório sobre os DEFs foi aprovado por unanimidade pela diretoria colegiada da agência reguladora, após análise dos malefícios que provocam à saúde, da toxicidade e do posicionamento de organizações internacionais sobre o tema. Com isso, ficam mantidas a proibição e a vedação à importação e à propaganda dos dispositivos eletrônicos, bem como a não permissão do uso em ambientes coletivos fechados, que estão em vigor desde 2009. A Anvisa concluiu, ainda, que é preciso intensificar a fiscalização e promover campanhas educativas para ampliar o conhecimento sobre os efeitos dos produtos na saúde, combater a oferta e desestimular o consumo.

Com informações do G1.